

LEIS**LEI MUNICIPAL Nº. 3418, DE 30 DE JANEIRO DE 2025.**

“ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI Nº 2.879, DE 09 DE JULHO DE 2015, QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM**, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei Municipal nº 2.879, de 09 de julho de 2015, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Câmara Municipal de Itapemirim, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 16

III – Assistente de Gabinete Nível I – 08 (oito);” (NR)

“Art. 20

II – Assistente de Gabinete Nível I – 06 (seis);” (NR)

Art. 2º A Lei Municipal nº 2.879, de 09 de julho de 2015, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Câmara Municipal de Itapemirim, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

“Art. 85

XI - Coordenar a organização e atualização de documentos e arquivos do gabinete, mantendo registros físicos e digitais em ordem;

XII - Controlar a agenda e os compromissos do parlamentar, organizando reuniões, audiências e eventos relacionados às atividades legislativas, interna e externamente;

XIII - Receber, classificar e encaminhar correspondências e demandas ao setor ou autoridade competente;

XIV – Redigir ofícios, relatórios e outros documentos administrativos necessários às atividades do gabinete;

XV - Zelar pelo uso eficiente dos recursos do gabinete e pela conservação de materiais e equipamentos disponibilizados;



XVI - Realizar pesquisa legislativa e análise de normativas para subsidiar a atuação parlamentar;

XVII - Preparar relatórios técnicos e resumos sobre as matérias em tramitação na Câmara;

XVIII - Acompanhar a tramitação de proposições legislativas de interesse do parlamentar, monitorando prazos e publicações oficiais;

XIX - Representar o parlamentar em reuniões e eventos externos, quando designado;

XX - Estabelecer comunicação com órgãos públicos, entidades civis e a comunidade, para articular demandas e encaminhamentos do mandato:

XXI - Acompanhar e reportar ao parlamentar informações sobre demandas e reivindicações de cidadãos e entidades da sociedade civil;

XXII - Auxiliar na organização e logística de visitas e eventos institucionais promovidos pelo gabinete;

XXIII - Garantir a aplicação dos princípios éticos e constitucionais na execução de suas funções;

XXIV - Desempenhar outras atividades correlatas, conforme orientação do parlamentar ou chefia imediata.” (NR)

Art. 3º Ficam alterados o “Organograma Sintético” e “Organograma Analítico” da Câmara Municipal de Itapemirim, previstos no Anexos I e II da Lei Municipal nº 2.879, de 09 de julho de 2015, passando a vigorar conforme previsto nesta lei, devidamente atualizado.

Art. 4º. Ficam alterados os quadros dos “Cargos em Comissão – Descrição Sintética” e “Cargos em Comissão – Descrição Analítica”, previstos no Anexo III e IV da Lei Municipal nº 2.879, de 09 de julho de 2015, passando a vigorar conforme previsto nesta lei, devidamente atualizado.

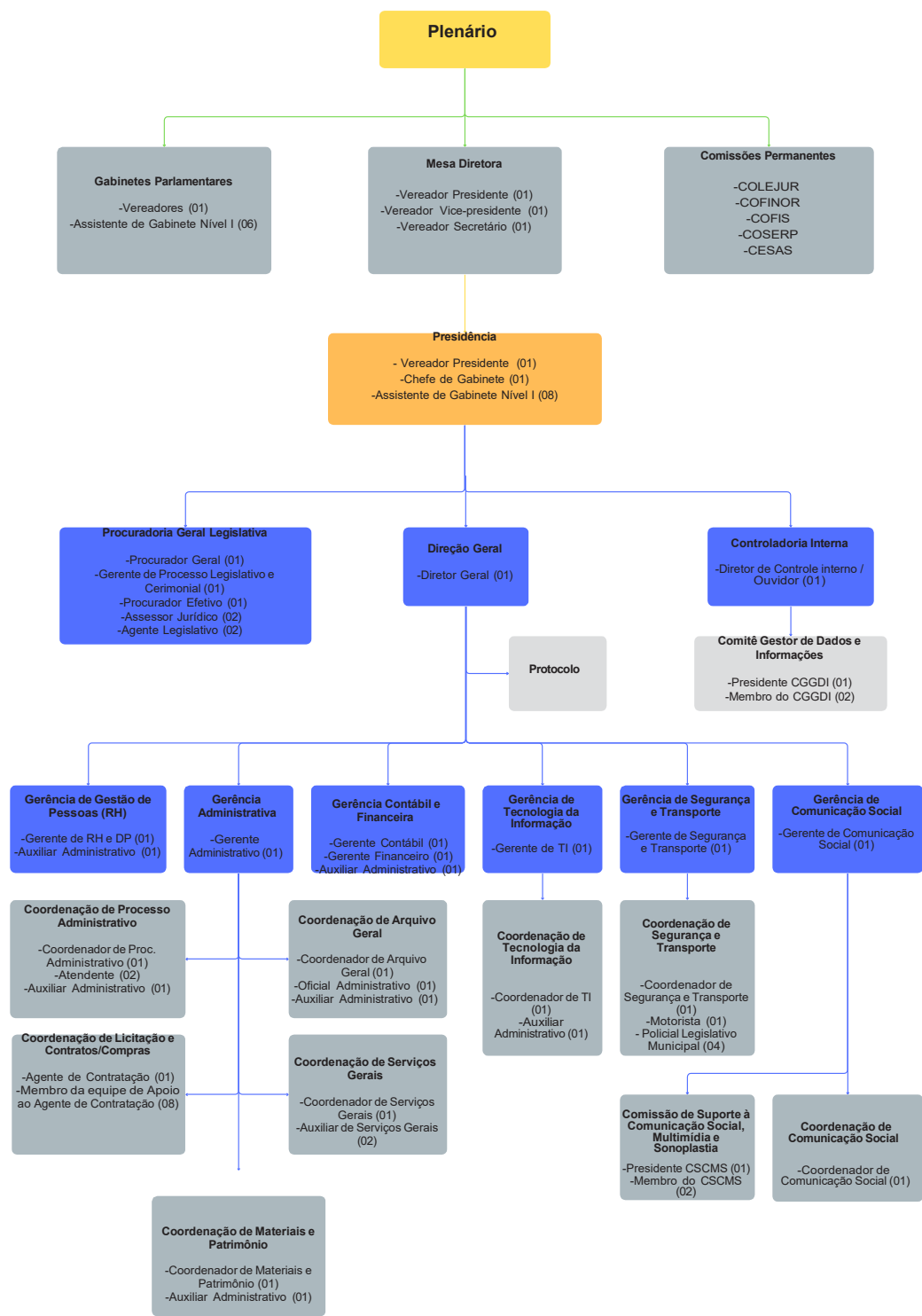
Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Itapemirim/ES, 30 de janeiro de 2025

GENESIS ALVES BECHARA

"ANEXO I – ORGANOGRAMA SINTÉTICO DA CMI"

"ANEXO II – ORGANOGRAMA ANALÍTICO DA CMI"



"ANEXO III - DOS CARGOS EM COMISSÃO - DESCRIÇÃO SINTÉTICA"

DENOMINAÇÃO	REQUISITO	REFERÊNCIA	VENCIMENTO	QUANTIDADE	NATUREZA DA ATRIBUIÇÃO
Procurador Geral Legislativo	Livre Escolha dentre inscritos na OAB-ES	CC-1	13.465,28	01	Natureza de Direção
Diretor	Livre Escolha	CC-2	6.264,13	02	Natureza de Direção
Gerente	Livre Escolha	CC-3	4.446,98	08	Natureza de Direção
Agente de Contratação	Livre Escolha	CC-3	4.446,98	01	Natureza de Direção
Chefe de Gabinete	Livre Escolha	CC-3	4.446,98	01	Natureza de Direção
Assessor Jurídico	Livre Escolha	CC-3	4.446,98	02	Natureza de Assessoramento
Coordenador	Livre Escolha	CC-4	2.579,94	07	Natureza de Chefia
Assistente de Gabinete de Vereadores (GV) - NÍVEL I	Livre Escolha	CC-5	2.709,81	80	Natureza de Assessoramento
TOTAL				102	-

“ANEXO IV - DOS CARGOS EM COMISSÃO – DESCRIÇÃO ANALÍTICA”

DENOMINAÇÃO	REQUISITO	REFERÊNCIA	VENCIMENTO	QUANTIDADE	NATUREZA DA ATRIBUIÇÃO
Procurador Geral Legislativo	Livre Escolha dentre inscritos na OAB-ES	CC-1	13.465,28	01	Natureza de Direção
Diretor Geral	Livre Escolha	CC-2	6.264,13	01	Natureza de Direção
Diretor de Controle Interno / Ouvidor	Livre Escolha	CC-2	6.264,13	01	Natureza de Direção
Agente de Contratação	Livre Escolha	CC-3	4.446,98	01	Natureza de Direção
Gerente de Processo Legislativo e Cerimonial	Livre Escolha	CC-3	4.446,98	01	Natureza de Direção
Gerente de Gestão de Pessoas (RH);	Livre Escolha	CC-3	4.446,98	01	Natureza de Direção
Gerente Administrativo	Livre Escolha	CC-3	4.446,98	01	Natureza de Direção
Gerente Contábil	Livre Escolha	CC-3	4.446,98	01	Natureza de Direção
Gerente Financeiro	Livre Escolha	CC-3	4.446,98	01	Natureza de Direção
Gerente de Tecnologia da Informação	Livre Escolha	CC-3	4.446,98	01	Natureza de Direção
Gerente de Segurança e Transporte	Livre Escolha	CC-3	4.446,98	01	Natureza de Direção
Gerente de Comunicação Social	Livre Escolha	CC-3	4.446,98	01	Natureza de Direção
Chefe de Gabinete	Livre Escolha	CC-3	4.446,98	01	Natureza de Direção
Assessor Jurídico	Livre Escolha dentre inscritos na OAB-ES	CC-3	4.446,98	02	Natureza de Assessoramento
Coordenador de Processo Administrativo	Livre Escolha	CC-4	2.579,94	01	Natureza de Chefia
Coordenador de Materiais e Patrimônio	Livre Escolha	CC-4	2.579,94	01	Natureza de Chefia
Coordenador de Arquivo Geral	Livre Escolha	CC-4	2.579,94	01	Natureza de Chefia
Coordenador de Serviços Gerais	Livre Escolha	CC-4	2.579,94	01	Natureza de Chefia
Coordenador de Tecnologia da Informação	Livre Escolha	CC-4	2.579,94	01	Natureza de Chefia
Coordenador de Segurança e Transporte	Livre Escolha	CC-4	2.579,94	01	Natureza de Chefia
Coordenador de Comunicação Social	Livre Escolha	CC-4	2.579,94	01	Natureza de Chefia
Assistente de Gabinete de Vereadores (GV) - NÍVEL I	Livre Escolha	CC-5	2.709,81	80	Natureza de Assessoramento
TOTAL				102	-



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM-ES

LEI ORDINÁRIA Nº. 3423/2025, DE 20 DE MARÇO DE 2025

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE REVISÃO GERAL ANUAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, NOS TERMOS DO INCISO X DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele SANCIONA a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica O Poder Legislativo Municipal autorizado a conceder revisão geral anual da remuneração dos seus servidores públicos municipais efetivos e comissionados, ativos, inativos e pensionistas, a fim de preservar o valor aquisitivo de moeda e recompor as perdas ocasionadas pelo processo inflacionário.

Parágrafo único. O percentual de revisão geral aplicado será de 4,60 (quatro, vírgula sessenta por cento), tendo como referência o índice do INPC/IBGE de novembro de 2023 a outubro de 2024.

Art. 2º. Os vencimentos dos servidores públicos do Município de Itapemirim não poderão exceder o subsídio pago ao Chefe do Poder Executivo Municipal, na forma do que dispõe o art. 37, XI, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Art. 3º. As despesas com a execução desta Lei correrão à conta das dotações consignadas nos orçamentos vigentes do Poder Legislativo Municipal, ficando o mesmo autorizado a proceder a suplementação de recursos ou abertura de créditos adicionais especiais, caso necessário.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros à 1º de janeiro de 2025

Itapemirim-ES, 20 de março de 2025.

GENESIS
ALVES
BECHARA:1
2888203723

GENESIS ALVES BECHARA
PREFEITO MUNICIPAL

Praça Domingos José Martins, S/N, Centro, Itapemirim, Espírito Santo – CNPJ: 2www.itapemirim.es.gov.br7.174.168/0001-70
gabinete@itapemirim.es.gov.br -

LEIS**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM-ES****LEI ORDINÁRIA Nº. 3449/2025, DE 17 DE SETEMBRO DE 2025**

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.300, DE 08 DE JUNHO DE 2022, QUE DISCIPLINA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES ATIVOS (EFETIVOS E COMISSIONADOS) E AGENTES POLÍTICOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM, Estado do Espírito Santo, usando de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º. A Lei Municipal nº 3.300, de 08 de junho de 2022, que disciplina a concessão de auxílio-alimentação aos Servidores ativos (efetivos e comissionados) e agentes políticos da Câmara Municipal de Itapemirim e dá outras providências, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 1º [...]§ 1º O benefício mencionado no caput deste artigo será concedido mensalmente, no valor de R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais).

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário

Itapemirim-ES, 17 de setembro 2025.

GENESIS ALVES BECHARA
PREFEITO MUNICIPAL

Praça Domingos José Martins, S/N, Centro, Itapemirim, Espírito Santo – CNPJ: 27.174.168/0001-70
www.itapemirim.es.gov.br - gabinete@itapemirim.es.gov.br



LEIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM-ES

LEI ORDINÁRIA Nº. 3470/2025, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025

“DISCIPLINA A CONCESSÃO DE ABONO NATALINO AOS SERVIDORES ATIVOS (EFETIVOS E COMISSIONADOS) E INATIVOS E PENSIONISTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM, Estado do Espírito Santo, usando de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica concedido Abono Natalino aos Servidores Públicos ativos (efetivos e comissionados) da Câmara Municipal de Itapemirim, na forma desta Lei.

Art. 2º. O Abono Natalino será pago da seguinte forma:

I -A importância de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) em pecúnia, concedido no dia 20 de dezembro do corrente ano;

II -O abono estabelecido nesta Lei será concedido aos inativos e pensionistas da Câmara Municipal de Itapemirim, seguindo os critérios gerais definidos nesta Lei.

Art. 3º. O Abono autorizado por esta Lei:

I -não tem natureza salarial;

II -não constitui base de incidência de contribuição previdenciária; e

III -não se configura rendimento tributável ao servidor.

Praça Domingos José Martins, S/N, Centro, Itapemirim, Espírito Santo – CNPJ: 27.174.168/0001-70
gabinete@itapemirim.es.gov.br -



Protocolo: 40066/2025

Documento digital, verifique em: <http://bpms.itapemirim.es.gov.br/governo-digital.html#!/portal/>

Identificador: 68b427055988caa4c58fc65ba8622781

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM-ES**

Art. 4º. A concessão do Abono Natalino, regulamentado por esta Lei, será pago integral ao servidor que estiver ativo em 20 de dezembro de 2025.

Art. 5º. Todas as despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento da Câmara Municipal de Itapemirim, que serão suplementadas se for necessário.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapemirim-ES, 05 de dezembro de 2025.

GENESIS ALVES BECHARA

PREFEITO MUNICIPAL

Praça Domingos José Martins, S/N, Centro, Itapemirim, Espírito Santo – CNPJ: 27.174.168/0001-70
gabinete@itapemirim.es.gov.br



Protocolo: 40066/2025

Documento digital, verifique em: <http://bpms.itapemirim.es.gov.br/governo-digital.html#!/portal/>

Identificador: 68b427055988caa4c58fc65ba8622781